Sa51i
UNICAMP
1290001516

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

JUAN EDUARDO SAMUR SAN MARTIN

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NO MEIO CLUBÍSTICO

CAMPINAS, 2003.

JUAN EDUARDO SAMUR SAN MARTIN

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO NO MEIO CLUBÍSTICO

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Atividade Motora Adaptada, sob a orientação do Prof. Dr. Edison Duarte.

CAMPINAS, 2003.

Título da monografia: A inclusão de pessoas com deficiência um estudo no meio clubístico.

Nome do autor: Juan Eduardo Samur San Martin

Curso: Especialização em Atividade Motora Adaptada – FEF/UNICAMP

Prof. Dr. Edison Duarte
Professor Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por este momento tão maravilhoso, pois obtive conhecimento, prazer e satisfação em realizar este trabalho.

Aos meus pais, pois com o passar dos anos, todo o seu esforço, sacrifício e dedicação se converteram em tudo que hoje sou. Agradeço-os pelo seu apoio, paciência e conhecimento que me passaram.

A minha noiva, pela paciência e incentivo, pela dedicação e amor.

A minha irmã e cunhado pelo amor, apoio e ajuda, companheirismo e auxílio nos momentos difíceis quando nada parece dar certo, quando nada parece aflorar. Pelo empréstimo e utilização do material de apoio necessário. Pela expansão do meu saber. Pela paciência na madrugada adentro.

A meu irmão e minha cunhada, pelo amor e carinho que me é dado, e por cederem o seu tempo e espaço, também pela utilização do material essencial.

A todos os professores que fazem parte do curso de Atividade Motora Adaptada, pelas informações passadas referentes ao assunto.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Edison Duarte, pelo seu importante papel no meu aprendizado, por me ajudar a reorganizar os meus pensamentos, pela motivação através das suas palavras de estímulo, pelo incentivo para continuar adiante. Meu sincero muito obrigado!

A familiares e amigos que participaram direta e indiretamente destes momentos.

SUMÁRIO

	PÁGINA
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	03
1.1 Inclusão e seus fatos históricos	03
1.2 Análise Comparativa das Estratégias Administrativas: Escola X Clube, rumo ao processo de Inclusão	09
CAPÍTULO II	12
2.1 Constituição Federal, Lei nº9.615, Decretos, Ações e Estatutos Sociais da AABB- Campinas	12
CAPÍTULO III	16
3.1 A Conscientização da Igualdade Social através da implantação de atividades inclusivas no meio clubístico	16
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	19
RESULTADOS	21
DISCUSSÃO	27
1. – Conclusão dos fatos para discussão	27
2. – Fatos relevantes para discussão	28
a) na construção ou na adaptação do espaço	28
b) na contratação do profissional especializado	29
c) na criação de atividades adaptadas e inclusivas	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO	39

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito estudar a inclusão das pessoas portadoras de deficiência no meio clubísitco. Investigar e se aprofundar no conhecimento deste processo, e os resultados por ele emitidos, são a motivação, o prazer, e a ajuda do bem estar físico e social, entre outros. Recorremos a revisão de literatura através dos fatos históricos para obtermos embasamento teórico. Enfocamos as atividades esportivas, sociais e culturais, que se direcionaram ao referido assunto. Quanto à metodologia, utilizamos a coleta de dados sob a forma de questionário, pois é um instrumento adequado ao que nos propomos. Elaboramos perguntas abertas, que nos permitiram estimular aos sócios a responderem emitindo opiniões. A instituição escolhida foi o clube da A.A.B.B. da cidade de Campinas (SP), devido ao nosso vinculo como professor, e a autorização obtida foi através da Diretoria, para a realização da pesquisa. A escolha da população foi pelo quadro associativo. Quanto à análise dos dados, decidimos pela análise qualitativa, que nos dá a possibilidade de verificar o estímulo e as dificuldades encontradas nas respostas obtidas e opiniões fornecidas. Os dados fornecidos nos deram a possibilidade de conhecermos e identificarmos os problemas, e assim pudemos estruturar soluções através das atividades inclusivas. Desenvolvemos diretrizes para proporcionar a conscientização da inserção da inclusão no meio clubístico.

INTRODUÇÃO

Um projeto para sócios portadores de deficiência, implantado na AABB-Campinas (Associação Atlética Banco do Brasil) e que hoje caminha para três anos de existência, do treinamento de um atleta de natação deficiente visual da ABDC (Associação Brasileira de Desportos de Cegos) junto com os alunos/sócios de natação, ditos "normais", despertou-nos o interesse pela inclusão dos mesmos no meio clubístico.

Neste trabalho investigamos o que a inclusão, das pessoas portadoras de deficiência (PPD) no meio clubístico, lhes proporciona; como se manifestou a socialização e a visão do conceito "deficiente" dentro de um clube; e o que levou, até o momento, o interesse pela continuidade e a existência desses trabalhos.

Buscamos através de uma pesquisa de campo, no clube, com o quadro associativo e com as pessoas portadoras de deficiência, a verificação e o entendimento das mesmas sobre o processo de inclusão.

Através da revisão de literatura, procuramos dar embasamento teórico ao trabalho.

Tratamos no primeiro capítulo, de enfocar, o conceito "inclusão" para ser analisado e definido. Posteriormente apresentamos os fatos históricos para a sua verificação.

No segundo capítulo, abordamos o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes (PAM); a Lei nº9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e outras providências; o Estatuto da AABB-Campinas; e Decretos e documentos oficiais, em geral, relacionados à inclusão.

No terceiro e último capítulo abordamos, a importância da inclusão no meio clubístico, através da implantação de atividades inclusivas (físicas, esportivas, lúdicas, recreativas e sociais), onde se cria um passo para a conscientização da igualdade social.

Com o resultado da pesquisa realizada e a leitura dos capítulos, poderemos ter uma visão mais objetiva da realidade desse processo de inclusão no meio clubístico.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é aprofundar-se na identificação dos problemas e dificuldades das pessoas portadoras de deficiência com a sua participação no meio clubístico, e verificar se esta oportunidade lhes proporciona um novo estímulo, ocasionando-lhes novas vivências.

CAPÍTULO I

1.1. – Inclusão e seus fatos históricos

Ao longo do tempo observamos seguidos conceitos e modelos relacionados às pessoas portadoras de deficiência com o meio onde convivem, com a sua socialização, educação e garantias sociais.

Segundo Sassaki (1997), os conceitos são o alicerce para a compreensão das práticas sociais. Conseqüentemente é de suma importância entendermos e denominarmos os conceitos inclusivistas, pois eles nos permitem analisar os nossos valores éticos, para assim sermos membros atuantes na construção de uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Visto tal importância, definiremos alguns conceitos básicos relacionados ao processo de inclusão.

O conceito de "inclusão", segundo Mantoan (1998), exige mudanças no relacionamento pessoal e social, das famílias das pessoas portadoras de deficiência e dos profissionais envolvidos, criando uma consciência evoluída de educação e desenvolvimento humano, havendo intercâmbios sociais e culturais entre os mesmos.

Para a mesma autora, a necessidade de estabelecer um relacionamento mais amplo entre os envolvidos no processo de inclusão leva a uma conscientização que, através de trabalhos dinâmicos, na aprendizagem e na formação dos profissionais, no desenvolvimento de condições de apoio, através de orientações e esclarecimentos às famílias dos portadores de deficiência, desencadeia uma transformação na sua estrutura de conhecimentos e práticas, resultando em um melhor aproveitamento pessoal e social.

Portanto, a sociedade envolvida no processo de inclusão, pode assumir uma nova estrutura social, através da igualdade social.

Segundo Werneck (1997), inclusão é fundamentalmente, uma questão de ética, pois todos serão responsáveis por uma melhor qualidade de vida da sociedade, sendo estes diferentes ou não.

Para a autora, a inclusão é a oportunidade da sociedade, com pessoas portadoras de deficiência ou não, de mostrar ao meio que fazem parte, que todos tem os seus valores. É o momento da sociedade atender às necessidades de cada indivíduo cidadão, de dividir igual responsabilidade por mudanças para alcançar o bem comum.

Nas palavras de Strully citado por Stainback e Stainback (1999, p178),

> *"Inclusão significa ajudar todas as pessoas (crianças e adultos) a reconhecer e apreciar os dotes únicos que cada indivíduo traz para uma situação ou para a comunidade".*

Percebe-se o desejo que a comunidade aceite e respeite as diferenças individuais de cada pessoa.

Segundo O'Brien citado por Stainback e Stainback (1999, p48), para facilitar a adesão à inclusão, necessita-se um trabalho criativo que combata o medo e a tensão, entre os envolvidos, direcionando o pensamento para a solução de problemas, promovendo uma transformação dos limites, dos relacionamentos, das estruturas e dos benefícios.

Nota-se que atividades inovadoras e ousadas, no processo inclusivo, que trabalham com a eliminação das incertezas e os medos entre as pessoas que estão envolvidas, levam a um melhor aproveitamento desses relacionamentos.

Segundo Sassaki (1997), a inclusão social é o processo que colabora na construção de uma nova sociedade, através de transformações na mentalidade das pessoas e nos locais físicos, concedendo oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência, terem acesso a todos os serviços, ambientes construídos e naturais, meios de transporte, a procura de realizações de seus sonhos e objetivos.

Notamos que o processo de inclusão busca a adequação e a transformação do ambiente físico, como também dos profissionais envolvidos. Procura através de uma estruturação de apoio, de conhecimento e de ensino, dar a confiança e criatividade ao profissional, para que o mesmo possa passar segurança no seu trabalho. Procura modificar a maneira de pensar e agir de uma sociedade em relação ao termo deficiência. Introduz na pessoa portadora

de deficiência a liberdade de ação. Mostra ao mundo a capacidade de construir uma vida de direitos e igualdade para todos.

O mesmo autor ressalta que, para melhor compreendermos o processo inclusivista, faz-se necessário compreender o que antecede este processo.

Neste sentido, nasceram os conceitos pré-inclusivistas, como a "integração social", a "normalização" e recentemente os chamados conceitos inclusivistas como o "empowerment" a "equiparação de oportunidades", e finalizando, a "inclusão social" propriamente dita.

Dentro dos conceitos pré-inclusivistas, segundo Sassaki (1997), a integração manifestou-se para eliminar a exclusão social a que as pessoas portadoras de deficiência eram submetidas, já que não podiam freqüentar e nem utilizar os serviços existentes para a comunidade. A sociedade, através dos seus medos e crenças, fazia a exclusão e não aceitava que "os mesmos", pudessem fazer parte de uma sociedade dita "normal". Surgiram instituições especializadas, para o atendimento das pessoas portadoras de deficiência, criando assim a segregação institucional. A integração, no final dos anos 60, procurou introduzir as pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais, na educação, no trabalho e no lazer. Criou uma estruturação na família para a aceitação e o convívio social entre os membros. Na década de 70, surgem novas condições e modos de vida, parecidas à da sociedade dita "normal" para que as pessoas portadoras de deficiência pudessem usufruir, sendo ainda um ambiente segregativo. Nos anos 80, inicia-se a luta dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Na década de 90, percebe-se que a integração ainda está muito longe de favorecer condições de igualdade e de oportunidades.

Verifica-se, nas palavras do autor, que antes da integração ser implantada, as pessoas portadoras de deficiência não tinham oportunidades na sua formação educacional e profissional, não eram respeitados os direitos de cada indivíduo na sociedade. Com o surgimento do processo de integração, a sociedade que caracterizava as pessoas portadoras de deficiência de inválidos e incapazes, passou a adotar um pensamento mais integrativo, ainda que segregativo, criando instituições especializadas para dar condições de educação e estrutura social, mas, ainda, não era o suficiente para favorecer a igualdade social.

Segundo Fonseca (1995, p200),

> *"a integração é uma preocupação humana, necessitando antes de mais nada, de respostas humanizadas que obviamente se refletem e refletirão no presente e no futuro dos seres humanos. Seres humanos que, independentemente das suas condições e potenciais, têm o direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicosocial".*

Atentamos às palavras do autor, e percebemos uma integração que visa uma ação social, onde os direitos humanos e cívicos são a sua prioridade.

Para Marques citado por Mantoan (1997, p18), a integração não deve ser vista de uma só interpretação, pois ela abrange vários significados e sentidos, desde a inserção até a preparação do indivíduo deficiente na sociedade.

Nas palavras de Mantoan (1998),

> *"a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizam e reconsideram outras idéias, como as de escola, sociedade e educação".*

levando assim a diferentes interpretações do termo.

Entendemos que a integração social, ainda que conturbada e mal interpretada no seu início, desencadeou novos pensamentos e ideais no tratamento das pessoas portadoras de deficiência. Foi o princípio da aplicação de testes integrativos das pessoas portadoras de deficiência com a sociedade, sendo o impulso para a aceitação e a igualdade entre as mesmas.

A integração social não totalizava um processo de união, pois a sociedade somente aceitava as pessoas portadoras de deficiência, se as mesmas se adaptassem às condições de vida que lhes eram dadas, não impondo mudanças na sociedade. Tentava quebrar a segregação, mas lutava contra o despreparo da população em geral.

Um outro conceito pré-inclusivista, como o princípio da normalização, segundo Mantoan (1998), visa a quebra da rotulação das pessoas portadoras de deficiência; visa a criação de condições de vida semelhantes às da sociedade dita normal, levando a uma relação entre elas; e visa a acessibilidade das mesmas no meio social.

Para Goffedro citada por Mantoan (1997, p230), na década de 70, teve início o movimento em favor da integração, graças ao conceito de normalização, que surgiu na Dinamarca, manifestando idéias que, para as pessoas portadoras

de deficiência deveriam ser oferecidas circunstâncias parecidas às das pessoas ditas "normais", na sociedade em que ele vive. Através deste princípio, levanta-se o conceito de que o deficiente tem os mesmos direitos e deveres, como qualquer outro ser humano, havendo respeito aos seus interesses e necessidades, dando-lhe independência e autonomia.

Segundo Bank-Mikkelsen (1978), normalização não é tornar uma pessoa portadora de deficiência em uma pessoa normal, mas sim oferecer a essa pessoa o mesmo que é oferecido as outras. É necessário ensinar a pessoa portadora de deficiência a ter sua convivência com a sua deficiência e orientá-la a ter uma vida mais normal possível.

Percebemos que a normalização foi o início da implantação dos pensamentos mais humanos, foi o empurrão para a socialização entre as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas ditas "normais". Procurou mostrar aos portadores de deficiência que podem ser aceitos com suas deficiências, e que elas podem ter uma vida íntegra. Apesar de todas essas tentativas, ainda permanece, uma separação, um distanciamento.

Para melhor compreensão, de todo este segmento, necessita-se conhecer os conceitos inclusivistas, que são o ponto de partida para o processo de inclusão. Um deles é o processo "empowerment" que segundo Sassaki (1997, p38) significa:

> *"o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição – por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle da sua vida".*

Partindo dessa premissa, o processo "empowerment" traz para as pessoas portadoras de deficiência, o desejo do reconhecimento e do respeito nas decisões por eles tomadas nas suas vidas.

Um outro conceito inclusivista, o processo da "equiparação de oportunidades", que segundo Sassaki (1997), visa a importância de conceder às pessoas portadoras de deficiência o acesso, aos ambientes físicos, de habitação, às instalações esportivas e recreativas, ao transporte, aos serviços de saúde e social, à educação e o trabalho, à vida cultural e social.

Proporcionando, a igualdade de oportunidades na busca da melhor maneira de viver.

Após verificação dos vários procedimentos que visam inserir a pessoa portadora de deficiência na sociedade, percebemos como a falta de conhecimento e informação, causam um despreparo na busca de adequações do meio para a aceitação destas pessoas.

Conseqüentemente, verificamos que através de todos estes processos citados, com o passar dos tempos, a inclusão, para alguns ditos "normais", despertou o ensejo de reparar os erros do passado, ainda que muito se tenha que elaborar e realizar para com as pessoas portadoras de deficiência na sociedade.

A inclusão mostrou, o despreparo, a carência de conhecimento e a ausência de informações e a falta de reciclagem de ambos os lados. Mostrou a falta de estrutura nas partes arquitetônicas, como em repartições públicas, em espaços esportivos e culturais. Despertou em cada cidadão que independente das diferenças, físicas, mentais e sensoriais, todos tem o direito de viver uma vida de igualdades, social, cultural e esportiva.

Como se verifica, a inclusão, necessita da ação participativa de todos os envolvidos. Pois através da reflexão, da ação e das obras obtidas sobre o assunto, no passar dos anos, levará a resultados positivos, para as pessoas portadoras de deficiência, propiciando uma vida digna e considerando-os um ser social.

A inclusão surgiu para apagar o alarde da sociedade dita normal, para com as pessoas portadoras de deficiência, pois estas demonstraram a superação de limites através da determinação e bravura.

1.2. – Análise Comparativa das Estratégias Administrativas: Escola X Clube, rumo ao processo de inclusão.

Neste tema, procuramos a adequação das idéias de Sage citado por Stainback e Stainback (1999, p129), referentes às estratégias administrativas para realização de um ensino inclusivo na escola, e as transferimos ao meio clubístico. Portanto efetuamos algumas transformações para sua possível realização.

De acordo com Sage citado por Stainback e Stainback (1999, p129), estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo, não significam artifícios de imediato, pois é imaginário. Nos procedimentos administrativos, a improvisação não traz mudanças precisas, já que para se atingir os objetivos, é necessário criar um planejamento com antecedência. As mudanças englobam desde a estrutura organizacional até a operacional, iniciando-se na parte administrativa, na diretoria, até chegar no ambiente didático de trabalho.

O mesmo autor enfatiza que nas escolas que buscam o ambiente inclusivo é essencial que os diretores e os administradores, exerçam atitudes cooperativistas, ação importante e necessária. Destaca que os funcionários de um sistema inclusivo que cumprem o papel na seleção e no desenvolvimento profissional dos diretores devem empregar meios de determinar o que prevalecerá na escolha dos futuros candidatos a diretores, sendo principalmente adequado àqueles que se encontram aptos e preparados em evocar a responsabilidade de uma escola inclusiva. Define que os candidatos necessitam ter o conhecimento sobre o tema deficiência, devem incentivar o trabalho em equipe e na divulgação de esclarecimentos, aos pais e alunos dessas instituições.

Para o mesmo autor, nas escolas, os diretores exercem uma importante função através da sua liderança, do trabalho em equipe e do incentivo ao sistema unificado.

Para suceder a implantação do processo inclusivo, tanto nas escolas como no meio clubístico é necessário que as estratégias administrativas

elaboradas, tragam mudanças importantes e necessárias nos sistemas e na estrutura dos mesmos.

Entretanto, no clube, a escolha do presidente, da vice-presidência e dos diretores é feita pelos sócios através de votação, realizada em uma assembléia geral. Portanto, é importante que haja um trabalho de divulgação e esclarecimento pelos candidatos, com antecedência à votação, a respeito do interesse ou não pelo processo inclusivo no meio clubístico. Estas estratégias são primordiais na escolha de futuros diretores, pois incentivam e encorajam os sócios que buscam um ambiente inclusivo a eleger uma diretoria que queira assumir responsabilidades e decisões através da criação de uma equipe de cooperação, da aplicação de um planejamento direcionado na didática aplicada pelos professores, do trabalho de reformulação do ambiente físico e na sua estruturação, do cumprimento e da colaboração da administração do tempo da ação recíproca entre professores e sócios portadores de deficiência, com os ditos "normais". Para tanto é essencial que a administração do clube esteja de acordo com a implantação deste processo.

Acreditamos que, no meio clubístico, a função do presidente e dos seus diretores, são de suma importância no desempenho de um ambiente inclusivo, pois a implantação de novas idéias no incentivo à colaboração entre todos os envolvidos, funcionários (da administração, da secretaria, da manutenção e dos professores) e sócios, acarretará cuidados especiais na estrutura do clube.

Se nas escolas, principalmente na sala de aula, urge o cooperativismo entre os professores nas decisões, nas avaliações, no planejamento dos objetivos, no trabalho de equipe, tendo conhecimento que tudo se adequará no seu devido tempo. Verificamos que o mesmo poderá suceder no clube, no desenvolvimento das atividades esportivas, através da colaboração entre os professores. Toda mudança acarreta novos desafios, mas se planejados com antecedência, obtém resultados positivos.

Considerando o meio clubístico, para a implantação das estratégias, necessita-se que haja uma compreensão da presidência, de que é necessária a mudança na estrutura do clube, desde a administração, diretoria, professores e funcionários, através do conhecimento, da reciclagem, da persistência, da colaboração e da união, resultando na facilitação do processo de inclusão. Para

que aconteça de forma não discriminatória, é necessário que o setor administrativo crie um planejamento, onde delegue responsabilidades a todos, beneficiando, o trabalho, a conduta, o tratamento e a participação das pessoas portadoras de deficiência, no quadro associativo.

Portanto, é necessário que o setor administrativo do clube transmita aos professores e aos sócios, apoio e confiança, necessários para que aconteça um trabalho inclusivo e integrativo entre os sócios portadores de deficiência ou não, nas atividades desportivas, lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais, através de um planejamento unificado.

Se na escola, as estratégias administrativas para o processo inclusivo, criam transformações na comunidade escolar (diretoria, professores, alunos, etc.), modificando os seus conceitos e paradigmas relacionados a uma pessoa portadora de deficiência através da percepção de um sistema unificado; podemos deduzir que a mesma poderá trazer benefícios ao meio clubístico, conduzindo a uma análise mais profunda, do quadro associativo, sobre o conceito de inclusão, em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Concluímos, que a aceitação das possibilidades de mudanças e dos riscos, tanto na escola como no meio clubístico, através da elaboração das estratégias administrativas no processo de inclusão, requer esforço concentrado pelos envolvidos. À vista disso a informação, o dinamismo, a determinação, a coragem e a solidariedade tornam-se requisitos essenciais para a cultura inclusiva.

CAPÍTULO II

2.1. - Constituição Federal, Lei nº9.615, Decretos, Ações e Estatutos Sociais da AABB- Campinas

Abordando o assunto inclusão, para as pessoas portadoras de deficiência, verificamos que há muitos documentos elaborados, na articulação das políticas públicas, no direito ao esporte e lazer no Brasil e no exterior.

De início apresentamos alguns dados do Programa de Ação Mundial (Brasil- CORDE, 1997).

No Programa de Ação Mundial para pessoas deficientes (PAM), foi aprovado pela Resolução 37/52 de 03 de dezembro de 1982, pela assembléia geral das Nações Unidas, que objetiva:

> *"promover, medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e de plena participação das pessoas com deficiência na vida social e no desenvolvimento" (1997, p11).*

Nota-se, que é um programa que tem como panorama a globalização das intenções e das ações, destinadas às pessoas portadoras de deficiência. Trabalha a favor, do desenvolvimento e da participação, sem restrição, das pessoas portadoras de deficiência, na sociedade, seja estrutural, cultural, profissional, social e esportiva, dando oportunidades iguais à da população dita "normal". Isso resultará no trabalho de prevenção, reabilitação, alcançando objetivos plenos de igualdade e de perfeita participação.

A continuação, enfocamos a Constituição Federal Brasileira.

Segundo Pettengill et al (2001), na Constituição Federal de 1988, foi utilizada no Brasil a designação, portadores de deficiência, no esporte.

No Art. 217 da Constituição Federal, encontramos a determinação para a prática do esporte, como incentivo ao lazer e no ato de promover o social.

No Art. 217 – "é dever do estado fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um, incentivando o lazer como forma de promoção social".

Examinando a Lei nº9.615, de 24 de março de 1998, que estabelece regras gerais sobre o desporto, destaca-se o Art. 2º, que trata do desporto como direito individual, e os parágrafos II, III, IV, V e IX.

Capítulo II – Dos princípios Fundamentais:

Art. 2º - O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

II – da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática esportiva;

III – da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

IV – da liberdade, expressa pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não à entidade do setor;

V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

IX – da qualidade, assegurando pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

Os autores consideram ainda que, o Decreto nº2.574, de 29 de abril de 1998, em conjunto com a Lei nº9.615, determinam ao Governo elaborar o "Projeto de Fomento da Prática Desportiva Para Pessoas Portadoras de Deficiência".

Verificamos na Constituição, na Lei nº9.615 e no Decreto nº2.574 que a prática desportiva para a população do país é de total liberdade, inclusive para as pessoas portadoras de deficiência. Proporcionando para as pessoas portadoras de deficiência, a acolhida permanente na prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, agindo como agente facilitador de sua inclusão e integração na sociedade. (Pettengill, 2001).

Notamos que nas medidas tomadas pelo Governo, não há discriminação, quanto ao usufruir da prática de atividades, esportivas, de lazer e físicas, pelas pessoas portadoras de deficiência. Pois às mesmas, lhes proporcionam a ajuda no seu desenvolvimento físico, na sua reabilitação, na sua saúde, no seu desenvolvimento psicológico, na sua formação como ser social.

Na seqüência, enfocamos, os Estatutos Sociais da AABB-Campinas (2000), onde se destacam dois capítulos, que abordam sobre o referido tema.

Capítulo I – Da Associação e seus fins

Art. 1º - A Associação Atlética Banco do Brasil Campinas (SP), neste Estatuto designada ASSOCIAÇÃO, fundada em 04 de novembro de 1958, sociedade civil, de fins assistenciais e não lucrativos, de duração ilimitada... é agremiação desportiva, social, cultural e recreativa, com patrimônio e personalidade distintos dos seus associados, constituída:

I – de funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil S. A.;

II – de pensionistas da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A.;

III – de pessoas da comunidade local;

IV – de dependentes econômicos dos associados.

Art. 2º - São finalidades da associação:

I – promover o bem-estar dos associados e de seus familiares;

III – contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Capítulo II – Dos sócios e seus familiares:

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO manterá as seguintes categorias de sócios e outras aprovadas em assembléia geral:

I – Efetivos – Funcionários do Banco do Brasil S.A., da ativa ou aposentados e pensionistas da PREVI;

II – Parentes – Parentes, até terceiro grau, dos sócios efetivos e beneméritos;

III – Comunitários – Pessoas selecionadas da comunidade local, em número a ser definido pelo conselho deliberativo;

IV – Beneméritos – sócios efetivos, e em caráter de exceção, membros da comunidade local que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à ASSOCIAÇÃO, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo...

V – Correspondentes – Os funcionários e seus dependentes, lotados em outras dependências do Banco do Brasil S.A., sediadas em outras praças, não enquadráveis na categoria de sócios efetivos.

Pelo apresentado no estatuto da AABB-Campinas, não há nenhuma discriminação, a respeito da participação no quadro associativo, das pessoas portadoras de deficiência, pois o mesmo não apresenta clausulas que venham a restringir a presença destes no clube.

Portanto o estatuto, no seu entender, favorece a implantação de trabalhos direcionados ao processo de inclusão.

CAPÍTULO III

3.1. A Conscientização da Igualdade Social através da implantação de atividades inclusivas no meio clubístico

Durante o presente estudo, através das pesquisas bibliográficas realizadas, nas áreas de educação e educação física, concluímos que há diferentes interpretações, sentidos e definições, como também segmentos que focam atividades voltadas ao processo de inclusão.

Elaborar e planejar atividades físicas e do desporto, lúdicas, recreativas e de lazer, voltadas para o processo de inclusão, requer muito cuidado, para não se tornar uma prática segregacionista. Necessita-se que haja conhecimento científico, para se adaptar um trabalho voltado para a diversidade.

Conforme Sassaki (1997),

> *"A partir de 1990 tem início uma nova etapa na história da prática dos esportes, turismo, lazer e recreação A filosofia da inclusão vem exercendo forte influência sobre as abordagens tradicionais a ponto de levar praticantes, pesquisadores e demais interessados a buscarem respostas inclusivistas ao desafio da participação verdadeiramente plena das pessoas portadoras de deficiência nestas atividades".*

Percebe-se nas palavras do autor que há a intenção de modificar o conceito da prática de esporte segregacionista, à que são submetidas as pessoas portadoras de deficiência, criando através de estudos e pesquisas à busca da participação total das pessoas portadoras de deficiência, nessas atividades.

Segundo Carmo (2002), especialmente na Educação Física, embora essa área já trabalhe com pessoas portadoras de deficiência na maioria das escolas e em clubes, as diversas atividades que são realizadas têm ocorrido em espaços e tempos diferentes.

O mesmo autor relata que, esse fato deve-se ao conhecimento introduzido pela Educação Física, que historicamente visou o homem e corpo dotado de saúde, esquecendo-se da realidade que é diversa, formada por homens diferentes.

Com o aparecimento da educação física adaptada, cujo termo surgiu em 1950, nos EUA pela AAHPERD (American Association for Health, Physical

Education, Recreation and Dance), como um programa de variadas atividades desenvolvidas, jogos e ritmos amoldados aos interesses, capacidades e limitações de estudantes portadores de deficiência que não podem participar nas atividades da Educação Física "convencional" (Pellegrine e Junghannel, 1985, P7).

Nasce uma esperança na integração desses alunos no mundo escolar, onde são adequadas e programadas atividades exclusivamente voltadas as limitações e capacidades dos mesmos, como também aos seus interesses. Esse procedimento ainda que segregacionista, inicia-se como modelo médico passando para um modelo educacional, onde procura com a participação das pessoas portadoras de deficiência nas atividades físicas, esportivas e recreativas, que desenvolvam e aprimorem seu domínio motor, que aprendam habilidades e que desenvolvam suas capacidades motoras e físicas.

Com o passar dos anos este panorama sofre mudanças, onde os profissionais, docentes e alunos percebem a importância de se aprofundarem e conhecerem cientificamente, através de pesquisas desenvolvidas, estudos e práticas de campo sobre como trabalhar com a diversidade humana, com a inclusão propriamente dito.

Nas palavras de Carmo (2002),

> *"Felizmente os ideários perversos da aptidão física, e da máxima mens sana in corpore sano, combatidos longamente por diferentes autores brasileiros, há algum tempo cederam lugar para uma outra concepção de homem, corpo e movimento. Estamos falando da diversidade humana, das diferenças,das desigualdades".*

Nota-se que com essa concepção, surgem novos métodos e alternativas que auxiliam no tratamento e no lidar com as diferenças. Inicia-se o trabalho com as capacidades remanescentes de cada indivíduo, nas atividades esportivas, físicas e recreativas. Há o respeito às limitações, mas não se entrega à lamentação das incapacidades, pois cria novos desafios.

A educação física adaptada resurge não somente com o intuito de adaptar e alterar regras, locais e materiais, para possibilitar a pessoa portadora de deficiência de praticar atividades nas diversas modalidades esportivas, mas na busca, no seu contexto, de desfazer a segregação ocasionada pela adaptação, através de eventos inclusivos, com o propósito de integrar as pessoas portadoras de deficiência com as

ditas "normais" nas atividades programadas. Desperta novos conceitos e pensamentos referentes à integração e à inclusão das pessoas portadoras de deficiência na sociedade.

Sendo assim, as atividades inclusivas, são importantes e se voltadas para a prática da atividade física, esportiva, recreativa e de lazer, devem ser realizadas e objetivadas para a participação de todo o segmento social, dirigidas à qualidade de vida e do bem-estar, dando ênfase à cidadania.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Optamos, neste estudo, pela investigação da participação de pessoas portadoras de deficiência no meio clubísitco, através de uma pesquisa de campo.

Realizamos de início, uma revisão de literatura para melhor entendimento e esclarecimento do assunto abordado.

A continuação, estabelecemos uma pesquisa de campo qualitativa de observação sistemática. Sendo nosso interesse em investigar qual o conhecimento, pelo quadro associativo, a respeito das pessoas portadoras de deficiência; quais as dificuldades encontradas, e como se sucede este relacionamento no processo. Não influenciamos e nem interferimos nas respostas dadas pelos mesmos.

Segundo Souza citado por Rosadas (2000, p54), não há uma neutralidade científica na pesquisa qualitativa, o comportamento do pesquisador é de envolvimento, deixando transluzir no comentário, na sua convicção íntima, suas crenças histórica, religiosa e política..., onde, defronta as suas próprias pressuposições teóricas com os pontos de vista significativos dos pesquisados..., não há manipulação, mas sim a preocupação de colher os diferentes pontos de vista dos pesquisados que estão sendo analisados.

Lakatos e Marconi (1991, p193), citam, que a observação sistemica serve para obter certos aspectos da realidade. É utilizada na pesquisa de campo, como também é fundamental para a investigação científica, onde recebe varias denominações como estruturada, planejada e controlada. Utiliza-se de instrumentos para o fornecimento dos dados, como questionários, onde o observador tem que ter conhecimento do que busca. Deve-se ser objetivo, sem influenciar no que se vê e nas respostas obtidas.

Optamos, quanto ao seu propósito, pela aplicação de um questionário de perguntas abertas aos sócios (anexo).

Segundo Castro citado por Amâncio (1997, p26), através da utilização de questionários, as perguntas elaboradas relatam diretamente aos problemas que

interessam. As respostas servem como elemento de base para serem interpretadas ou conseqüentemente transformadas para terem sentido.

Encontramos dificuldade para receber os questionários respondidos por alguns sócios que alegaram não ter tempo e pela recusa dos que não demonstraram interesse pelo assunto abordado.

Após dias de espera e insistência recebemos alguns questionários, que nos propiciaram a realização minuciosa e as observações necessárias nos detalhes procedentes da metodologia. Dos poucos questionários respondidos, nove no total, obtivemos uma admirável gama de informações. Sendo quatro questionários respondidos pelos familiares, dois pelos sócios ditos "normais" (sem nenhum parentesco) e três de sócios portadores de deficiência que demonstraram satisfação e sensibilidade ao expor com orgulho o que poderia de melhor acontecer para a sua melhoria no clube. A grande maioria, dos sócios, não respondeu o questionário, com essa atitude demonstraram despreparo e também preconceito ao lidar com o fato, devido à falta de conhecimento e/ou informação a respeito do assunto abordado.

Analisamos todas as respostas e acreditamos que a contribuição dada por aqueles que se propuseram a responder foram de suma importância para as considerações finais deste trabalho.

Como vemos, a metodologia bem aplicada é fundamental para a elaboração e continuidade de um trabalho científico.

REULTADOS

Os resultados de nosso trabalho serão apresentados considerando as dez questões do instrumento de pesquisa (anexo). Após cada resposta faremos um breve comentário.

O questionário apresentado contém 10 questões com as seguintes perguntas:

1. Como você vê a presença das pessoas portadoras de deficiência freqüentando o clube?
2. Há no clube um bom relacionamento entre as pessoas "ditas normais" com as pessoas portadoras de deficiência? ( ) sim ( ) não (comente)
3. Você percebe algum tipo de preconceito com a pessoa portadora de deficiência no clube?
4. Quais são as maiores dificuldades que você vê para um portador de deficiência freqüentar o clube?
5. Você acha que há profissionais capacitados para atender as necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência?
6. Do seu ponto de vista, como é a participação das pessoas portadoras de deficiência nas atividades (recreativas, lúdicas, sociais e esportivas) oferecidas pelo clube?
7. Você acha que o clube tem infra-estrutura necessária para que a pessoa portadora de deficiência pratique suas atividades com segurança?
8. O que o clube poderia oferecer para melhorar ao atendimento a pessoa portadora de deficiência?
9. Você já havia pensado neste assunto antes?
10. Você teria alguma sugestão para dar ao clube sobre este assunto?

Apenas nove sócios responderam e entregaram o questionário. Destes, observamos que:

a) Em relação a questão nº1 – da presença e da freqüência, das pessoas portadoras de deficiência, no meio clubístico:

Dentre os nove sócios pesquisados, cinco responderam da importância da presença das pessoas portadoras de deficiência no clube, entre eles um achou uma grande vitória, como segue abaixo:

Sócio 1 – *"Acho muito importante que elas participem, porque ajuda no seu envolvimento com a sociedade".*

Sócio 2 – *"Importante, para eles e seus pais associados, como para o clube de um modo geral, para a integração no meio social".*

Sócio 3 – *"É uma grande vitória, uma conquista, uma grande realização dos nossos meninos".*

Sócio 4 – *"Normal"* (Sindrome de Willian).

Sócio 5 – *"Legal, um passo na sociedade. É muito importante".*

Sócio 6 – *"Bonito"*(Sindrome de Down).

Sócio 7 – *"Maravilhoso, porque assim eles demonstram a sociedade as suas capacidades e importância como seres humanos".*

Sócio 8 – *"Não vejo problemas, mas também não concordo que façam atividades junto com a gente, porque às vezes atrapalham".*

Sócio 9 – *'Acho muito importante, porque assim eles podem fazer atividades físicas e praticar esportes, apesar que eu não sabia dessa possibilidade de eles frequentarem um clube".*

b) Sobre a questão nº2 – da relação entre as pessoas portadoras de deficiência com as ditas "normais":

Quando perguntados da relação, dois sócios responderam que sim que há uma boa relação, sendo que quatro responderam que a relação é mais ou menos. Dois sócios responderam que não há uma boa relação já que ainda há resistência e desconhecimento pelos demais sócios.

c) A respeito da questão nº3 – do preconceito no clube:

Quando perguntamos do preconceito, dos nove questionários respondidos, três sócios responderam que não há preconceito, sendo que três responderam que há, mas é da minoria dos sócios. Um sócio disse que não há preconceito, o que há é o descaso por falta de conhecimento e informação sobre o deficiente (sócio 7). Destacamos:

Sócio 3 – *"O preconceito é um câncer que está instalado na própria família, então o que esperar dos sócios e da sociedade"*(mãe de sócio portador de deficiência).

d) A respeito da questão nº4 – das dificuldades para freqüentar o clube:

Quase todos responderam das dificuldades encontradas, sendo que quatro sócios disseram que os banheiros não são apropriados, que há muitas escadas e todas não tem rampas, as calçadas são altas e não rebaixadas, a falta de transporte, não há um local próprio, a falta de atividades esportivas e físicas, poucos monitores e professores para lidar com os deficientes. Um sócio respondeu, que a falta de informação e conhecimento por parte do clube sobre como lidar com as pessoas portadoras de deficiência, são as maiores dificuldades encontradas. Um outro sócio disse que não vê dificuldades, já que é lei o direito da prática esportiva por todos.

Dos demais, destacamos:

Sócio 3 – *"A maior dificuldade é o descaso criado pela sociedade".*

Os sócios portadores de Síndrome de Down e Síndrome de Willian, não souberam responder.

e) Sobre a questão nº5 – da capacitação profissional para atender as necessidades:

Dos pesquisados, dois sócios responderam que há profissionais capacitados. Cinco sócios disseram que não há profissionais capacitados no clube, sendo que dois não souberam responder sobre o referido assunto.

f) Sobre a questão nº6 – da participação das pessoas portadoras de deficiência nas atividades oferecidas:

Quando questionados sobre a participação, três disseram que não há a participação de portadores de deficiência nas atividades, devido a não existirem atividades especificas para os portadores de deficiência. Dois sócios, responderam que devido a não existirem atividades que motivem a participação das pessoas portadoras de deficiência, a participação é abaixo do esperado, sendo que dois responderam que em algumas atividades há pessoas portadoras de deficiência participando, como na natação e nas brincadeiras feitas pelos monitores. Dois sócios não responderam (Síndrome de Down e Síndrome de Willian).

g) Sobre a questão nº7 – da infra-estrutura do clube e da segurança:

Quando perguntados sobre a infra-estrutura e segurança, cinco sócios disseram, que o clube não apresenta locais adequados e não tem segurança. Dois responderam que o clube oferece segurança, mas o local não é apropriado. Dois sócios não responderam (Síndrome de Down e Síndrome de Willian).

h) Sobre a questão nº8 – do oferecimento para melhor atendimento:

A maioria respondeu que o clube necessita construir salas e banheiros adaptados e apropriados, rebaixar as guias das calçadas, criar vagas exclusivas para deficientes, contratar profissionais especializados, e que exista uma política de aceitação das pessoas portadoras de deficiência no clube. Dois sócios disseram que o clube deveria criar atividades, que motivassem e incentivassem a participação desses sócios no clube e também que dessem mais atenção a eles.

i) Sobre a questão nº9 – pensar sobre o assunto:

Quando perguntados se já haviam pensado sobre o assunto, um sócio disse que não tinha pensado sobre o assunto, sendo que cinco pessoas disseram ter pensado sobre o assunto, dentre eles quatro são parentes de pessoas portadoras de deficiência. Um sócio disse que não havia pensado a respeito, mas considerou a consulta e o assunto interessantes e proveitosos; os sócios portadores da Síndrome de Down e da Síndrome de Willian não responderam.

Destacamos as respostas de três sócios:

Sócio 3 – *"Sim sempre pensei a respeito, porque meu filho é deficiente e sempre quiz que ele viesse ao clube".*

Sócio 8 – *"Não havia pensado a respeito, mas considero a consulta e o assunto interessantes e proveitosos, porque é algo novo para mim".*

Sócio 9 – *"Eu não sabia da possibilidade e da capacidade dos deficientes participarem de atividades esportivas e/ou físicas em um clube, por isso não havia pensado a respeito".*

j) Sobre a questão nº10 – da sugestão para dar ao clube:

Quando indagados a respeito das sugestões sobre o assunto, no seu contexto, cinco sócios responderam quase o mesmo, como: elaborar e criar atividades especificas para os deficientes e também atividades em conjunto com as outras pessoas ditas "normais"; que haja mais divulgação; que adaptem ou construam banheiros e salas; que contratem profissionais especializados para que seja efetuada uma programação anual, com todas as atividades possíveis.

Um sócio respondeu que deveriam criar mais brincadeiras (Síndrome de Willian). Um outro disse, que deveria haver uma política mais justa dentro do clube para com as pessoas portadoras de deficiência. Outro sócio, respondeu que deveriam comprar materiais para manter as pessoas portadoras de deficiência sempre em atividade. Um sócio não respondeu (Síndrome de Down).

Sócio 1 – *"Deveriam haver atividades onde os deficientes pudessem participar com os outros colegas de clube, também construir espaços para eles, informar aos demais para acabar com o preconceito e a dessinformação no clube, reformar os banheiros e as escadas".*

Sócio 2 – *"Melhorar o clube, acabando com as dificuldades que os deficientes enfrentam na construção imprópria, fazendo banheiros e rampas. Organizar e planejar atividades para o ano todo, com jogos, passeios e atividades na piscina e no ginásio, onde possam participar todos os sócios mesmo não sendo deficientes. Também, contratar professores para lidar com eles, para motivar a sua vinda ao clube".*

Sócio 3 – *"O clube deveria construir um espaço apropriado para eles efetuarem suas atividades, não ficando jogados por ai, contratar professores que saibam tratar com os deficientes, criar atividades que todos pudessem participar na piscina, nas quadras de tênis, na bocha, no campo de futebol e no ginásio. Também divulgar para os demais sócios deficientes a importância deste momento tão lindo. Construir rampas nas escadas e também abaixar as guias das calçadas. Juntar todos os sócios em jogos e brincadeiras para acabar com o medo e o preconceito dos demais".*

Sócio 4 – *"Criar mais brincadeiras"* (Síndrome de Willian).

Sócio 5 – *"O clube poderia informar através de informativos e do jornalzinho sobre os deficientes no clube e suas atividades".*

Sócio 7 – *"O clube tem que criar uma política mais justa para os deficientes, porque todos pagam a mesma mensalidade, dando mais atenção para o assunto. O clube tem que melhorar os banheiros para serem utilizados pelos deficientes. Tem que planejar um trabalho visando o esporte e também nas atividades de lazer, onde todos possam participar com os outros sócios".*

Sócio 8 – *"A minha sugestão é que o clube dê condições aos deficientes de terem seu próprio local para que possam realizar suas brincadeiras".*

Sócio 9 – *"O clube tem que informar e divulgar a todos sobre os deficientes, no jornalzinho, para que pessoas como eu possam ter mais conhecimento sobre eles".*

DISCUSSÃO

Diante do propósito de considerar os objetivos deste estudo e mencionar seus resultados, procuramos elaborar a composição final em duas etapas, sendo (1ª etapa) a discussão e, (2ª etapa) as considerações finais.

Na primeira etapa, dividimos a discussão em duas partes: 1) conclusão dos fatos para discussão; 2) a discussão de três fatos relevantes detectados na pesquisa: a) na construção ou na adaptação do espaço físico, b) na contratação de profissionais especializados, c) na criação de atividades adaptadas e inclusivas.

Partindo das palavras ditas por Sassaki (1997),

> *"A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais".*

1 – **Conclusão dos fatos para discussão.**

Diante dos resultados apresentados, pelos sócios pesquisados que fizeram parte do nosso estudo, notamos que as alternativas por eles apresentadas, como a melhora da infra-estrutura, a construção e/ou na adaptação de salas e banheiros, o rebaixamento das guias nas calçadas, a criação de rampas nas escadas, entre outras, demonstram o desejo da maioria, em buscar meios que possibilitem a participação das pessoas portadoras de deficiência no clube.

Notamos também, que o ambiente físico que foi construído e planejado sem condições de atender as necessidades das pessoas portadoras de deficiência, pois antigamente na elaboração da estrutura arquitetônica não havia essa conscientização sobre a presença deles no meio clubístico e na participação dos mesmos nas atividades, traz grandes dificuldades e obstáculos na mobilidade dos mesmos pelo clube.

Dentre outros motivos encontrados na pesquisa, destacamos o desejo dos sócios na contratação de profissionais especializados, para que possam

fazer um planejamento, que contenha atividades esportivas, físicas e recreativas, voltadas para os deficientes e também direcionadas para a inclusão com os demais sócios ditos "normais".

Os sócios enfocam o despreparo do clube, perante este processo, e solicitam que a Diretoria tome providências a respeito, dando mais atenção aos sócios deficientes.

Acreditamos, que é necessário criar estratégias que possibilitem aos diretores, uma maneira de incentivar e encorajar os profissionais e sócios na busca de um clube inclusivo, na criação de um grupo que tenha todas as garantias nas responsabilidades e decisões, através da aplicação de um planejamento direcionado na didática e pedagogia dos professores, no trabalho de reestruturação do ambiente físico. E que possa haver colaboração da administração e dos profissionais envolvidos, na busca da aproximação entre sócios portadores de deficiência, com os ditos "normais". É essencial que a administração do clube esteja de acordo com este processo.

2 – **Fatos relevantes da discussão**.

a) **na construção ou na adaptação do espaço físico**:

Tornar o clube acessível para os sócios portadores de deficiência, onde eles possam se movimentar nos espaços físicos sem encontrar barreiras é uma providência importante e essencial, para a permanência e a freqüência dos mesmos no meio clubístico.

No documento da ONU, citado por Sassaki (1997), reconhece que:

> *"Há urgente necessidade de [...] eliminação de barreiras físicas e sociais, visando a criação de uma sociedade acessível a todos, com ênfase particular de medidas para corresponder a necessidades e interesses dos que enfrentam dificuldades em participar plenamente da sociedade, [...]".*

Verificamos, que no clube é necessário que sejam eliminadas essas barreiras físicas, devido a sua construção antiga, que não visava a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.

Segundo Sassaki (1997), as barreiras criadas nos ambientes físicos, que não seguem a visão inclusiva, são obstáculos que dificultam a utilização e a freqüência pelas pessoas portadoras de deficiência em determinados espaços urbanos (públicos, esportivos, etc.), mobiliários (prédios e recintos arquitetônicos) e meios de transporte.

O mesmo autor diz, que há algumas pessoas portadoras de deficiência que conseguem introduzir-se sem problemas na sociedade, não necessitando de modificações ou adaptações nos ambientes físicos, mas outras já necessitam que sejam adaptados espaços ou sejam construídos lugares acessíveis, para a sua utilização.

Os obstáculos encontrados na construção arquitetônica, do clube, dificultam o acesso das pessoas portadoras de deficiência em certos espaços, com isso o ensejo de modificar esta situação se tornou a questão primordial pelos sócios pesquisados.

b) **na contratação de profissionais especializados**:

O que podemos chamar de profissionais especializados?

A capacitação do professor de educação física, para lidar com o processo de inclusão, nos dias de hoje é uma incógnita. A falta de informação e/ou conhecimento de alguns, a despreocupação de outros, levam a um panorama desigual do tratamento das pessoas portadoras de deficiência nas escolas e ou clubes.

Segundo Carmo (2002), há uma grande complexidade a respeito da capacitação do profissional de educação física, de como lidar com as pessoas portadoras de deficiência, no processo de inclusão.

Para o mesmo autor, há alguns professores de educação física, que têm se preocupado em fazer improvisações e adaptações nos conhecimentos existentes, do que criar novos conhecimentos e atividades motoras adequadas às pessoas portadoras de deficiência.

Notamos, com isso, um despreparo e uma falta de conhecimento do profissional de educação física a respeito de como realizar e trabalhar com atividades inclusivas.

Por outro lado, há profissionais de educação física, que se interessam com o referido assunto, e buscam na educação física adaptada, o conhecimento para criar mecanismos que o ajudem a lidar com a diversidade humana.

Segundo Bueno e Resa citados por Freitas (2002),

> *"A Educação Física Adaptada para os alunos de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao aluno com deficiência. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos".*

Mas o interessante na Educação Física Adaptada, é que há profissionais que pensam e defendem o processo de inclusão, mas realizam atividades segregadas. Carmo (2002).

Segundo Sassaki (2003), conforme a inclusão ganha espaços, as pessoas portadoras de deficiência procuram clubes e associações esportivas, para participarem em atividades esportivas e físicas, recreativas e de lazer, onde os profissionais de educação física, como também profissionais de outra formação acadêmica que estejam empregando atividades nessa área, enfrentam o desafio de incluir pessoas com deficiência em suas atividades.

Segundo o mesmo autor, é equivocado pensar que para lidar com as pessoas portadoras de deficiência é necessário que o profissional seja exclusivamente especialista na área, já que as próprias pessoas com deficiência têm demonstrado que querem ser incluídas e tratadas como as outras ditas "normais".O profissional necessita apenas de algum conhecimento específico sobre certos aspectos da deficiência e assim procurar soluções para alguma dificuldade que surgir, respeitando as necessidades e as possibilidades individuais dos deficientes. Tudo isso, indica o sucesso do processo de inclusão dessas pessoas nas atividades realizadas em clubes ou associações.

Nas palavras do autor, a solução não esta na contratação de um profissional especializado, mas sim no trabalho por ele desenvolvido e na sua vontade de aprender a encontrar meios de resolver as dificuldades por ele enfrentadas.

Segundo Carmo (2002), são poucos os profissionais de Educação Física que não tem dúvidas em relação às possibilidades dessas pessoas praticarem

algum tipo de atividade esportiva, recreativa ou de lazer. Ainda há problemas das mais diferentes ordens e formas, como qualquer outra área do conhecimento, sobretudo no tocante ao atendimento as pessoas portadoras de deficiência.

Devido a essa observação, é necessário que se criem condições de motivar o profissional de Educação Física, especializado ou não, a participar de cursos, seminários, congressos e palestras, que abordem sobre deficiência e inclusão nas atividades esportivas, recreativas e sociais.

Através desse procedimento, o profissional se sentirá capacitado e apto para trabalhar, com as necessidades de cada individuo e terá, condições de planejar atividades inclusivas.

c) **na criação de atividades adaptadas e inclusivas:**

Notamos, que há uma preocupação da maioria dos sócios referente às atividades que o clube pode oferecer as pessoas portadoras de deficiência, tanto na área esportiva, como social. Devido a esse fato, abordamos a importância da implantação de atividades inclusivas para o quadro associativo de um clube tanto no âmbito cultural, social e esportivo. Atividades que exerçam uma função relevante no desenvolvimento e reconhecimento das pessoas portadoras de deficiência, como também na sua capacitação como ser atuante da sociedade.

Com a conscientização deste processo de inclusão pelos profissionais e sócios, acreditamos que essa segregação, ocorrida anteriormente, poderá se transformar em uma participação mútua nas atividades oferecidas pelo clube.

Para tanto, os profissionais envolvidos neste processo de inclusão, através de seus conhecimentos pedagógico e metodológico, necessitam criar condições e meios de trabalhar com a diversidade.

Conforme Bueno e Resa citados por Cidade e Freitas (2002), planejar estratégias e atividades, organizar e adaptar o tempo e o espaço, e aplicar uma metodologia adequada são condições essenciais para o trabalho com as pessoas portadoras de deficiência.

Acreditamos que no meio clubístico a implantação das atividades inclusivas (que proporcionam aos indivíduos a possibilidade da convivência entre as pessoas

ditas "normais" e as pessoas portadoras de deficiência, através de eventos lúdicos, recreativos e de lazer), adaptadas (voltadas para a prática desportiva, onde fazem parte o esporte competitivo e o recreativo), e terapêuticas (que são de reabilitação), trazem um grande benefício, pois propiciam a quebra de barreiras e de paradigmas.

Atividades diversas que trazem a melhora do desenvolvimento psicológico no resgate da auto-estima e da auto-confiança que beneficiam a saúde, que valorizam o potencial de cada individuo portador de deficiência.

Souza (1999), descreve que a prática desportiva bem orientada e regulada, pode ter um fim terapêutico, pois em certos casos clínicos, por exemplo em diabéticos, diminui consideravelmente o percentual de açúcar, em paralisados cerebrais reduz a espasticidade e melhoram o equilíbrio e a coordenação motora, entre outros casos.

Adams (1985), diz que devido às atividades recreativas, as pessoas portadoras de deficiência física encontraram a motivação para participarem da sociedade, para trabalhar e produzir.

O mesmo autor indaga, que o esporte em certas situações tem a finalidade de acolher às necessidades terapêuticas, ao gerar a reabilitação física e psicológica. Em outras conjunturas o esporte é competitivo, através de competições em cadeira de rodas, entre outras, que levam a quebra de limites e a novos desafios. E em certas ocasiões, serve na ocupação do tempo livre. A prática de esportes, de jogos e de atividades, preenchem determinados objetivos sociais e emocionais e ajuda também na auto-estima e no desenvolvimento social. (1985).

As atividades físicas como a prática esportiva, são essenciais para o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, no meio clubístico, necessita-se que as atividades oferecidas incentivem e despertem a satisfação pessoal, a motivação, a superação de limites e a socialização.

Pedrinelli (2002), que cita o livro Give it a go (edição revisada, 2001) descreve que o mesmo apresenta orientações aos professores, no que diz respeito ao planejamento das aulas para atender as necessidades individuais, no que é possível e recomendável.

No livro Give it a go (edição revisada, 2001) consta que é possível adaptar as atividades mediante a utilização de estratégias de ensino, regras, estrutura do

ambiente e equipamentos; criar uma ligação com a sociedade; estruturar sistemas de prestação de auxílio e apoio entre os envolvidos (alunos, atletas e profissionais).

No meio clubístico, podem ser apresentadas atividades direcionadas para o esporte adaptado das diferentes modalidades existentes, tais como: natação, basquete sobre rodas, bocha, futebol, halterofilismo, tênis de campo em cadeira de rodas, tênis de mesa e voleibol (em pé e sentado), onde as pessoas portadoras de deficiência interagem com o quadro associativo, sendo a prática destas atividades uma forma de inclusão. Também podem ser trabalhadas e realizadas atividades, onde o processo de inclusão é fator determinante, como na participação do atleta deficiente visual, nas aulas de natação e treinamento com as pessoas ditas "normais", onde pode ocorrer troca de conhecimentos e formação de laços de amizades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos através da metodologia aplicada, que para os sócios portadores de deficiência, que atualmente fazem parte do projeto implantado no clube, o processo atuante é o de integração com demonstrações de segregação.

Verificamos também que, para o atleta de natação deficiente visual da equipe ABDC (Associação Brasileira de Desportos para Cegos) na sua participação com os alunos/sócios ditos "normais" nas aulas de natação (nos ensinamentos dos fundamentos e nos treinamentos), em competições (eventos internos e externos) o processo de inclusão é evidente, já que há um relacionamento amigável e de respeito entre ambos, que contribui para o seu desenvolvimento pessoal.

Tendo em vista o que pudemos notar neste estudo, no meio clubístico é necessária uma avaliação do relacionamento interpessoal do quadro associativo, como também da parte de infra-estrutura para que o processo de inclusão seja aceito e implantado corretamente. Para tanto, a presidência e a diretoria administrativa necessitam compreender a importância desse processo, de maneira que consigam transmiti-lo de forma clara e objetiva aos seus subordinados. Também é necessário que haja entre a administração, os professores, a secretaria e os funcionários da manutenção um trabalho de conscientização e respeito, onde a postura correta é a do cumprimento da lei e dos direitos das pessoas portadoras de deficiência na sua totalidade.

Certamente é importante criar e adaptar atividades específicas para os sócios portadores de deficiência dentro do meio clubístico, porque lhes traz o lazer, a diversão e a prática do esporte. Porém não deixa de ser segregativo, já que os mantém distantes dos demais sócios ditos "normais".

Como um dos objetivos do processo de inclusão é o intercâmbio e o relacionamento entre os ditos "normais" com as pessoas portadoras de deficiência, é necessário que se criem atividades em conjunto de lazer, recreação e esportes, que levem à possibilidade da quebra do preconceito e lhes proporcionem a reconquista de mais um espaço na sociedade.

O processo de inclusão é inerente ao ser humano, basta querermos despertar e perceber que em todos os nossos atos buscamos sempre a nossa aceitação no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL CAMPINAS (SP). **Estatutos Sociais da AABB Campinas-SP**. Campinas, 2000.

ADAMS, R., DANIEL, A., MC CUBBIN, D., & RULLMAN, L. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. São Paulo: Manole, 1985.

AMÂNCIO, J. S. **A Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais nas Aulas de educação Física (escola regular) no Município de Vargem Grande Paulista**. Campinas: Monografia. (Especialização em Atividade Motora Adaptada). UNICAMP, 2001 p26.

BANK-MIKKELSEN, N. E. **Misconceptions of the principle of normalization**. In: FLASH on the service for the mentally retarded: The personal training school. Copenhagen, 1978.p.41-8.

BRASIL, CORDE, **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Com Deficiência**. Brasília, 1997.

BRASIL, **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988**, que institui normas gerais sobre o desporto e outras providências. Diário Oficial, Brasília 1988.

BRASIL, **Lazer, atividade física e esporte para portadores de deficiência**, SESI: Ministério do Esporte e Turismo, Brasília, 2001.

CARMO, A. A. **Inclusão Escolar e a Educação Física: que movimentos são estes?**. Brasília: Revista Integração. Edição Especial, p:8, 2002.

CIDADE, R. E., FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. Brasília: Revista Integração. Edição Especial, p:27-29, 2002.

FONSECA, V. da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein**, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 1991.

MANTOAN, M. T. É. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Memnon/Senac, 1997.

- _____, **Integração x Inclusão**, Revista Páteo, ano II, nº5 - jul. 1998.

MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividade física e esporte para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN, 2001.

PEDRINELLI, V. J. **Possibilidades na Diferença: o Processo de "Inclusão" de Todos Nós**. Brasília: Revista Integração. Edição Especial, p:32-33, 2002.

PELLEGRINI, A. M. e JUNGHANNEL, V. A educação física no ensino de primeiro grau e a pessoa portadora de deficiência. 1985, (mimeo).

PETTENGILL, N. G. **et al. Lazer, atividade física e esporte para portadores de deficiência**. SESI. Ministério do Esporte e Turismo - Secretaria Nacional de Esporte, Brasília, 2001.

ROSADAS, S. C. **Sucesso de Pessoas Portadoras de Deficiência através da Prática Desportiva: um estudo de caso**. Campinas: Dissertação. (Doutorado em Educação Física). UNICAMP, 2000, p:54.

SASSAKI, R. K. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Esporte, lazer, pessoas com deficiência e inclusão: Novos avanços**. Htp://www.educacaoonline.pro.Br/esporte_lazer.html, 2003.

SOUZA, P. A. **de. A utilização do esporte como meio de reabilitação e inserção social.** In: SINPÓSIO NACIONAL DE ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. Brasília, 1999.

STAINBACK, S., & STAINBACK, W. **Inclusão**: **Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TAVARES, M. C. G. C. **Abordagem de pesquisa em atividade física adaptada**. Campinas: CODESP, 2000.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa, realizada com o quadro associativo que visa obter informações sobre o processo de inclusão e discutir sobre as pessoas portadoras de deficiência no meio clubísitco. Visa também conseguir dados referentes ao assunto para serem discutidos. E obter idéias e informações importantes.

Não há necessidade de se identificar, sua participação será de mui agrado.

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino idade: ____ anos.
Portador de deficiência: ( ) sim ( ) não
Tipo de deficiência: _____

Questionário (instrumento de coleta de dados)

1. Como você vê a presença das pessoas portadoras de deficiência freqüentando o clube?

2. Há no clube um bom relacionamento entre as pessoas "ditas normais"com as pessoas portadoras de deficiência? ( ) sim ( ) não (comente)

3. Você percebe algum tipo de preconceito com a pessoa portadora de deficiência no clube?

4. Quais são as maiores dificuldades que você vê para um portador de deficiência freqüentar o clube?

5. Você acha que há profissionais capacitados para atender as necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência?

6. Do seu ponto de vista, como é a participação das pessoas portadoras de deficiência nas atividades (recreativas, lúdicas, sociais e esportivas) oferecidas pelo clube?

7. Você acha que o clube tem infra-estrutura necessária para que a pessoa portadora de deficiência pratique suas atividades com segurança?

8. O que o clube poderia oferecer para melhorar ao atendimento a pessoa portadora de deficiência?

9. Você já havia pensado neste assunto antes?

10. Você teria alguma sugestão para dar ao clube sobre este assunto?